



**LEI MUNICIPAL Nº 1102, DE 14 DE MARÇO DE 2019.**

***Autoriza a contratação emergencial de servidor.***

**NELSON JOSÉ GRASSELLI**, Prefeito Municipal de Pontão no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou o **Projeto de Lei nº 006/2019** e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder executivo autorizado a realizar a contratação emergencial, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, de:

a) 1 (um/a) médico (a) Clínico Geral, de 09 (nove) horas semanais, para atuar na Unidade Básica de Saúde do Município, em razão de o Município demandar serviços técnicos nesta área, para atender o Programa de Saúde do Trabalhador. Remuneração de: R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).

**Parágrafo único.** Em caso de cumprimento de carga horária diversa da estipulada para função correspondente, poderá ser contratado mais de um profissional ou ser acrescidas horas de trabalho ao contrato, desde que devidamente justificada o aumento ou redução, sendo a remuneração calculada proporcionalmente à carga horária efetivamente realizada.

**Art. 2º** - A contratação será de natureza administrativa, em caráter temporário.

**§ 1º** - Ao término do contrato, o contratado terá direito ao recebimento de gratificação natalina, férias e adicional de férias, proporcionais aos meses de trabalho, mesmo que seja inferior a um ano.

**§ 2º** - O período aquisitivo das férias é de seis meses, de modo que a partir do sexto mês de trabalho poderá ser concedido 15 dias de férias para os contratados.

**§ 3º** - O contrato firmado entre as partes poderá ser rescindido antes do término previsto no caso da extinção do motivo que gerou a contratação emergencial autorizada pela presente Lei.

**§ 4º** - O contratado contribuirá para o RGPS-INSS.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE PONTÃO**

Av. Julio de Mailhos, 1316 – Pontão (RS) CEP 99.190-000 – Fone 54-3308-1900

**Art. 3º.** A contratação se dará após regular de processo seletivo público, que terá validade de 12 (doze) meses ou enquanto perdurar a causa que deu origem, a contar da data da homologação do seu resultado, podendo ser prorrogado, por igual período.

**Parágrafo único-** O fim da validade do Processo de Seleção Pública não interrompe o prazo de vigência de contrato já iniciado.

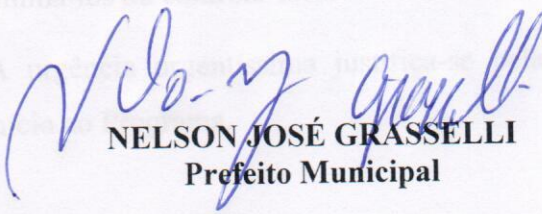
**Art. 4º** – O contratado receberá o valor estabelecido no contrato, por mês, para a prestação de serviços na carga horária semanal estabelecida nesta lei como remuneração do contrato para o cargo autorizado nesta lei.

**Parágrafo único** – Sobre o salário e demais vantagens incidirão descontos previdenciários, para o RGPS/INSS e fiscais (IRPF), para a Receita Federal.

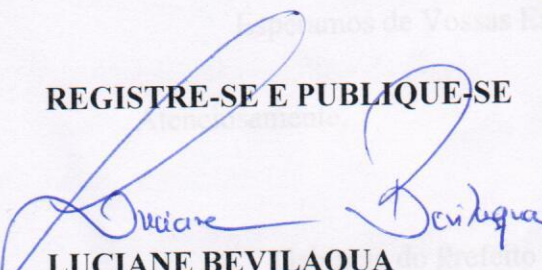
**Art. 5º** - As despesas decorrentes das contratações previstas nesta lei serão cobertas pelas dotações orçamentárias específicas.

**Art. 6º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

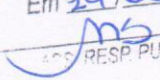
Gabinete do Prefeito Municipal de Pontão (RS), aos 14 dias do mês de março de 2019.

  
**NELSON JOSÉ GRASSELLI**  
Prefeito Municipal

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE**

  
**LUCIANE BEVILAQUA**  
Secretária Municipal de Administração

Este documento para os devidos fins que o presente documento foi publicado através da afixação de seu inteiro teor no mural da sede da Prefeitura Municipal, nos termos do art. 155 da Lei Orgânica Municipal, com redação alterada pela Emenda 003 / 2002.  
De 14/03/19 até 28/03/19  
Em 14/03/19

  
RESP. PUBLICAÇÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE PONTÃO  
Av. Julio de Mailhos, 1316 – Pontão (RS) CEP 99.190-000 – Fone 54-3308-1900

LEI MUNICIPAL JUSTIFICATIVA MARÇO DE 2019.

Senhor Presidente e

Senhores(as) vereadores(as);

O presente Projeto de Lei visa à obtenção da devida autorização do Poder Legislativo para que o Município possa contratar emergencialmente servidor para a execução de atividade caracterizada como de interesse público, mas não definitivas, de modo que deverá ser desempenhada por servidor temporário, uma vez que não justifica-se a efetivação de servidor para este programa, que não é permanente.

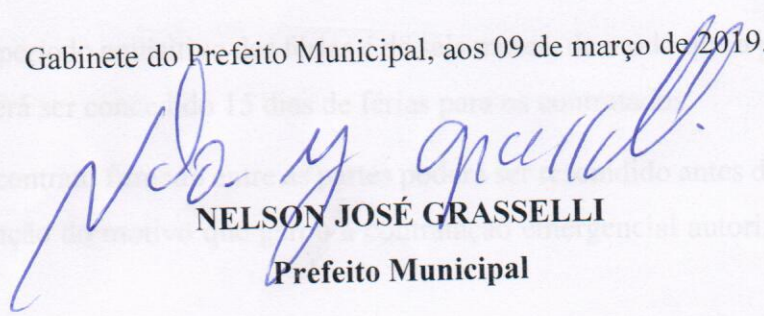
A demanda foi manifestada pela Secretaria Municipal de Saúde, uma vez que há a necessidade de contar com um médico para executar atividades de Vigilância em Saúde do Trabalhador, cuja justificativa é atender a Portaria 3.120/GM/1998 que preconiza a atuação contínua e sistemática, ao longo do tempo, no sentido de detectar, conhecer, pesquisar e analisar os fatores determinantes e condicionantes dos agravos à saúde do trabalhador relacionados aos processos e ambientes de trabalho, em seus aspectos sociais, tecnológicos, organizacional e epidemiológico, com a finalidade de planejar, executar e avaliar intervenções sobre estes aspectos, de forma a eliminá-los ou controlá-los.

A urgência urgentíssima justifica-se pela necessidade de dispor do profissional, para dar início ao Programa.

Esperamos de Vossas Excelências a análise e a aprovação do presente projeto.

Atenciosamente,

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 09 de março de 2019.

  
NELSON JOSÉ GRASSELLI

Prefeito Municipal